

LIVROS DIDÁTICOS, REPRESENTAÇÕES DA FRANCOFONIA E A PRÁTICA DOCENTE: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE FLE

Suzana Darlen dos Santos Santaroni

Mestranda

Orientador: Dr. Xoán Carlos Lagares Diez

Introdução

O presente artigo consiste em uma abordagem teórica das principais ideias de um trabalho de pesquisa, em andamento, que trata da presença da francofonia na formação de professores de FLE, tendo como objetos de análise os materiais didáticos utilizados por cursos de licenciatura, questionários e entrevistas. Os livros didáticos escolhidos são os seguintes: *Alter Ego + A1 e A2* – adotados pela UFF e pela UFRJ – e os materiais elaborados e utilizados pelos professores da UFRJ, que são aplicados após o término dos livros. O estudo está centrado em questões de políticas linguísticas em livros didáticos de Francês Língua Estrangeira (FLE) e enquadra-se na área de Sociolinguística, tendo os estudos desse campo como base para o seu desenvolvimento.

Com este texto propomos, aos professores formadores de formadores, uma reflexão quanto à ideia de francofonia exposta durante o processo de formação de professores, considerando os materiais didáticos como ferramentas para o conhecimento, aceitação, reconhecimento, transmissão do pluralismo cultural e linguístico da francofonia. Por isso, acreditamos que o trabalho possui relevância no que tange a contribuição para a prática de

ensino de professores, tendo como alvo sujeitos sociais integrados ao ensino de FLE do ensino superior.

Representações da francofonia, livro didático e formação de professores de FLE: uma abordagem teórica

A concepção de língua utilizada para o delineamento desta pesquisa é o da Sociolinguística. Essa teoria se diverge da visão Estruturalista Saussuriana no que tange a forma como devemos analisar o objeto língua, já que para Saussure a língua “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”. (SAUSSURE, 2012, p. 41)

Ou seja, para ele a língua compõe a linguagem e é usada a partir de um acordo entre os indivíduos sociais que estão inseridos na sociedade, porém a atuação dos sujeitos falantes é limitada, já que não lhes é permitido modificar o sistema linguístico, pois ele defende que a língua é também “a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade”. (SAUSSURE, 2012, p. 46)

Com a sociolinguística o objeto de estudo da Linguística deixou de ser um sistema autônomo e passou a ser o resultado de um processo histórico que demanda uma ligação entre sujeito, sociedade e língua. Dessa forma, essa teoria propõe uma ideia diferenciada da sugerida por Saussure sobre o objeto de estudo da Linguística, pois além de entender a *língua* como um sistema heterogêneo, para a Sociolinguística o sistema está integrado na estrutura social.

Vale ressaltar que o surgimento da sociolinguística é acompanhado pela afirmação dos estudos em Política linguística, quando, em 1964, Haugen expõe o tema PL no mesmo evento que é caracterizado por Calvet (2007, p. 13) como o “evento que marca o surgimento da sociolinguística. [...] Desse modo, o ‘planejamento linguístico’ recebe seu batismo na mesma época que a sociolinguística”. Sobre Políticas Linguísticas podemos dizer que, ela é considerada como a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (CALVET, 2007, p. 11), ou seja, esse campo se concentra em estudos voltados para a linguagem:

O interesse pelas questões que dizem respeito às políticas linguísticas está no centro de numerosas pesquisas situadas no âmbito não apenas da Sociolinguística e da Etnolinguística ou da Antropologia Linguística, mas também (e sobretudo) da Linguística Aplicada” (SAVEDRA; LAGARES, 2012, p. 16).

Os estudos apresentados pela teoria das Representações Sociais são fontes para o desenvolvimento da ideia de “representação social”; tal conceito se desenvolveu no âmbito da psicologia social. Essa abordagem teórica está situada na interface entre o psicológico e o social. Nessa teoria, aspectos relacionados ao afeto, à linguagem e a interação social devem ser articulados, pois nas interações sociais as representações são valorizadas, silenciadas, afirmadas, recusadas. Tal propriedade das representações sociais permite a indagação de como determinados espaços institucionalizados validam ou desautorizam diferentes modalidades de pensamento social (BLANCO, 2010). Serge Moscovici é um dos principais precursores da teoria das Representações Sociais. Segundo Moscovici (1978, p. 41), podemos caracterizar as representações sociais como “entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam - se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano”. Portanto, podemos dizer que o “universo cotidiano” de um formando em FLE está repleto de situações que corroboram a formação de representações, em que o livro didático é considerado como uma ferramenta pedagógica que faz parte desse universo.

É importante dizer que

os fenômenos de representação social estão “espalhados por aí”, na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais. Eles são, por natureza, difusos, fugidios, multifacetados, em constante movimento e presentes em inúmeras instâncias de interação social. (SÁ, 1998, p. 21)

Por isso consideramos os materiais didáticos (livros e materiais organizados por professores) instrumentos para o ensino de língua estrangeira, como um meio que favorece a construção de representações. É importante ressaltar que Spolsky (*apud* Silva, 2013, p. 311) propõe a ideia de que além das políticas linguísticas oficiais existem, também, as não estabelecidas oficialmente (que vigoram na sociedade). Segundo ele, “a política linguística pode aparecer explicitamente em um documento específico ou de forma difusa em vários documentos”. Tais documentos são denominados por ele como “mecanismos”, que funcionam

como canais para a disseminação e/ou reprodução de políticas linguísticas. O estudioso Elias Ribeiro considera o livro didático como um desses mecanismos, afirmando que:

A política linguística oficial expressa em um texto legislativo, seria um exemplo de mecanismo explícito, enquanto os materiais didáticos, os exames de línguas, os sinais de trânsito, os nomes próprios (de pessoas, lojas e objetos), o vestuário, entre outros, seriam mecanismos implícitos. (SILVA, 2013, p. 314)

Os mecanismos de política linguística, em última instância, determinam a forma como a população percebe uma língua específica (suas representações) e, conseqüentemente, influenciam suas atitudes relativamente a essa língua. (SILVA, 2013, p. 315)

Entendemos, então, que o livro didático é um mecanismo capaz de funcionar como auxílio para expansão de determinadas políticas linguísticas, formação de práticas e atitudes linguísticas. Além disso, Shohamy (*apud* Silva, 2013, p. 315) afirma que não temos uma noção abrangente quanto ao poder desses mecanismos “de influenciar e fomentar comportamentos linguísticos e práticas sociais relacionadas à(s) língua(s)”.

Voltada para a questão da representação cultural, Peruchi (2004, p. 9) diz que um conjunto de fatores é responsável pela apresentação de um estereótipo cultural positivo nos manuais de ensino de língua francesa. Dentre eles está o medo de perder a identidade, construída ao longo dos séculos como um exemplo de potência cultural. A partir dessa afirmativa podemos pensar também no medo de perder a identidade de potência política, econômica e turística. Ademais, podemos observar a presença de apenas uma variedade linguística, a francesa. Isso pode levar os futuros professores a um “reducionismo” no conhecimento sobre as variedades francófonas. Esse reducionismo pode acarretar em uma deficiência no ensino da francofonia no momento em que os formandos em docência colocarem em prática seus conhecimentos em um processo de ensino e aprendizagem.

Entendemos representações linguísticas como um conjunto de conhecimentos sobre as línguas, esses conhecimentos são formados e compartilhados entre indivíduos na sociedade, isso favorece a construção de uma realidade linguística comum entre membros de um grupo social, e de acordo com Rodrigues:

As representações linguísticas são então constituídas pelo conjunto das imagens, das posições ideológicas, das crenças que têm os grupos sociais a respeito das línguas e das práticas linguísticas, suas e dos outros. Elas correspondem a tudo aquilo que os locutores dizem ou pensam das línguas

que falam (ou da maneira como falam) ou das que os outros falam (ou do modo como falam). (RODRIGUES, 2012, p. 365)

Segundo Rodrigues, as representações linguísticas estão ligadas ao comportamento dos falantes diante do uso da língua, ou seja, na forma como eles utilizam essa ferramenta e como eles a consideram.

Neste trabalho, ao fazer menção às representações da francofonia, estamos tratando de pensamentos formados sobre questões sociais (nos âmbitos de economia, política, cultura e desenvolvimento social) e linguísticas (no âmbito das variedades linguísticas). Ou seja, nos conceitos idealizados em torno da cultura e da língua francesa.

A França possui uma política que defende a expansão da língua francesa pelo mundo. Em Novembro de 2001 o governo francês transformou a Delegação Geral da Língua Francesa (DGLF) em Delegação Geral da Língua Francesa e das Línguas da França (DGLFLF), que tem como uma de suas missões favorecer a utilização da língua francesa como língua de comunicação internacional, desenvolver o plurilinguismo, e garantir a diversidade cultural. Através da disseminação da cultura, da ciência e da língua, a França segue com sua política de propagação da língua francesa. Calvet (2007, p. 132) afirma que “[...] a França é o país no mundo que mais envia professores ao exterior: sua política cultural externa é antes de tudo uma política de difusão da língua francesa”. Ou seja, esse país possui uma política linguística composta por uma legislação consistente e destinada a assegurar a manutenção do francês no mundo contribuindo para a defesa do seu status internacional.

Para entendermos sobre o conceito de francofonia no âmbito da política linguística, podemos observar os estudos de Calvet (2007), segundo o qual:

[...] a francofonia é, com efeito ao mesmo tempo, uma realidade sociolinguística, produto da história - particularmente da história colonial - e um conceito geopolítico recente, cuja ideia foi lançada em 1964 por dois chefes de Estado, Léopold Sedar Senghor e Habib Bourguiba (CALVET, 2007, p.136).

Isto é, a expressão “francofonia” está relacionada ao conjunto de diferentes povos que utilizam a língua francesa, seja por influência colonial, social ou política. Assim, podemos considerar a francofonia como uma realidade fruto da relação entre língua e sociedade, que está ancorada em um processo histórico de colonização francesa e difusão do

idioma francês, já que “[...] o contexto no qual a ideia de francofonia apareceu foi o contexto pós-colonial, seus mentores intelectuais eram todos francófonos estrangeiros: o senegalês Léopold Senghor, o tunisiano Habib Bourguiba, entre outros” (PEREIRA, 2006, p.153).

A França é considerada como um dos países que apresenta uma forte política de internacionalização da língua francesa. De acordo com Leclerc (2004), a política linguística francesa de internacionalização do idioma francês é:

[...] appliquée lorsqu’un État, généralement une ancienne puissance coloniale, exerce sa suprématie sur le plan du code linguistique au-delà de ses frontières politiques. Ce type de politique n’est possible que pour une langue de grande diffusion qui a acquis déjà un prestige considérable et craint de le perdre. (disponível no site)

Entendemos que esse tipo de política linguística é utilizada somente por países que temem perder o prestígio internacional de sua língua.

Vale ressaltar que as questões políticas em torno do idioma francês possuem um histórico ligado ao período de expansão colonial francesa. Guisan afirma que:

No caso da França, houve também uma política colonial que tentou aplicar os mesmos princípios de imposição implacável de uma norma linguística em todos os continentes onde o país se apoderara de territórios. Surgiu, portanto, um império colonial que era também um império linguístico, cuja herança resulta em grande parte na atualmente chamada “francofonia”. A história recente da expansão do francês é, portanto, a história da invasão e da exploração colonial. Expansão linguística complexa, aliás, que vem acompanhada de fenômenos de pidginização e de criouliização. (GUISAN, 2011, p.44)

Com essa citação, vemos que Guisan estabelece uma relação entre o império colonial e a existência de um império linguístico. Segundo ele, a herança linguística francófona é fruto de uma política linguística colonial, em que o surgimento da francofonia é justificado pela expansão geográfica e pela vontade de difundir a língua francesa. Ou seja, a política de propagação do idioma francês possui um processo histórico que teve início com o período colonial por meio da imposição da língua francesa nas sociedades colonizadas.

De acordo com Moura (2008, p.13, tradução nossa), a França possui uma forte tradição de intervencionismo linguístico, que é ilustrado pela existência da Organização Internacional da Francofonia (organismo político que tem como foco um fato linguístico), a qual, sendo o elemento mais visível no plano internacional, tem como uma de suas missões

“reforçar a posição do francês no mundo”. Essa organização é apenas um dos elementos que formam um conjunto de instrumentos franceses para a regulamentação da língua, já que existem cerca de 300 organismos criados para defender a língua francesa. Um grande exemplo do potencial político francês para a defesa de sua língua é a lei nº 94-665, nomeada de *Loi Toubon* e criada em 1994. No Artigo I, é afirmado que o idioma francês “é o vínculo privilegiado dos Estados constituintes da comunidade francófona” (FRANCE, 1994). Tal afirmativa reforça a necessidade de que a língua francesa seja mantida (defendida) para que haja o vínculo entre os países francófonos, elevando o grau de importância desse idioma.

Sobre as áreas de atuação da francofonia, Pereira (2006) diz que a Organização Internacional da Francofonia (OIF) se esteia nos desafios em torno da globalização. Assim, a OIF se respalda nos seguintes pontos estratégicos: promoção da língua francesa e da diversidade cultural e linguística; promoção da paz, da democracia e dos direitos humanos; apoio à educação, à formação, ao ensino superior e à pesquisa; o desenvolvimento da cooperação ao serviço do desenvolvimento sustentável e da solidariedade. Contudo, é importante evidenciar que as estratégias citadas fazem parte do campo de atuação, sobretudo, da Francofonia enquanto instituição (formada pelos países francófonos). Porém, como afirma Pereira (2006, p.145), “o sucesso de seu plano estratégico passa também pela atuação nos países onde o francês é ensinado como língua estrangeira”.

Com essas afirmativas, entendemos que a França não poupa esforços para garantir a presença do francês no mundo. Para isso, adota uma forte política de intervencionismo linguístico, voltada para a defesa do status internacional do seu idioma. De acordo com os estudos de Leclerc (2004, tradução nossa), a motivação que leva a França a manter a organização da francofonia “consiste em promover internacionalmente o multilinguismo para evitar a uniformidade e a hegemonia do Inglês no mundo”. A França usa como estratégia algumas alianças com países que falam espanhol, polonês, italiano, alemão, etc. e também a criação de instituições de cooperação internacional, “a fim de que o francês seja ensinado no exterior entre as línguas estrangeiras”.

A relação que a França possui com diferentes países pode ser considerada como estratégia para a sua política linguística. Segundo Pereira:

[...] atualmente, a francofonia encontra-se também nas questões da solidariedade e do desenvolvimento sustentável, estando, portanto, na pauta das grandes questões ligadas à globalização. E neste ponto que entrevemos um espaço para uma política de promoção do francês como língua

estrangeira no seio da francofonia. Na realidade, a francofonia já estabeleceu um canal com o meio universitário de diferentes países através da Agence Universitaire de la Francophonie (AUF) que promove projetos científicos entre os países que fazem parte das grandes áreas linguísticas. (PEREIRA, 2006, p.143)

Entende-se que a busca pela harmonia e solidariedade com outros países possibilita uma lacuna para a realização da política linguística de internacionalização francesa, e que o campo da educação é uma ferramenta que vem contribuindo. Como vimos na citação de Pereira, a Francofonia também conta com a Agência Universitária da Francofonia, sendo responsável por promover projetos científicos entre países de diferentes áreas linguísticas.

Podemos dizer que o termo francofonia é conceituado pela Política Linguística como algo que faz parte de um processo histórico e geográfico, mas que reflete o campo de atuação da política linguística de intervencionismo desempenhada pela França, visando ao status internacional do Francês. Vimos que a França é considerada pioneira no que tange a conservar e aumentar o status internacional do seu idioma e, desse modo, usa a francofonia como pilar para a implementação dessa política. Exemplo disso é a sua preocupação em manter a Agência da Francofonia, organização internacional que agrupa 47 países que compartilham o francês e que tem por objetivo a defesa do lugar do francês no mundo frente à hegemonia crescente do inglês.

Podemos entender o livro didático “como um roteiro para o ensino, um ponto de referência para o docente planejar as aulas” (BOHUNOVSKY, 2009, p. 31). Ele é considerado como uma grande referência para o ensino e sua importância é incontestável, e também é considerado a base do trabalho em sala de aula. E com relação aos seus conteúdos Paraguai diz o seguinte:

constata-se que a maioria dos livros didáticos de Francês Língua Estrangeira (FLE) prioriza as questões referentes à França e se abordam aspectos referentes a outros países francófonos o fazem de modo menos profundo. Além de abordarem a cultura como um conjunto fixo de informações sobre peculiaridades do cotidiano e estereótipos dos falantes de francês. (PARAGUAI, 2012, p. 35)

Todas essas afirmações nos levam a pensar nos motivos pelas quais os livros didáticos delimitam-se a apresentar somente a França, e que questões políticas podem atuar como responsáveis pela valorização de uma única variedade linguística o que acarreta na

predominância do conhecimento restrito sobre a diversidade da sociedade francófona pelos professores em formação.

Sabemos que a língua francesa é falada em diversos países, por isso ela é partilhada por diferentes povos e civilizações, e impõe-se a questão a respeito da maneira como essa diversidade cultural deve ser abordada na aula de FLE (francês língua estrangeira), objetivando colocar em evidência o que as diferentes culturas francófonas têm em comum e também no que elas divergem. Cabe-nos, então, investigar como os professores são preparados e capacitados para uma abordagem da diversidade linguística e cultural da francofonia e avaliar a influência da utilização do livro didático para tal preparação e capacitação. De acordo com Cuq e Gruca:

em situação de aprendizagem de uma segunda língua, os professores têm suas próprias representações mais ou menos positivas sobre a língua que eles ensinam, e devem levar em conta as de seus alunos. [...] Em conclusão, podemos dizer que, mais do que a qualidade de nativo ou não-nativo, é a natureza das representações, o nível sócio-econômico, o grau de segurança linguística e cultural e a qualidade da formação inicial e continuada que determinam a qualidade da postura no ensinamento. (CUQ, 2002, p. 144)

Cuq e Gruca afirmam que os professores, quando estão em momento de prática de ensino, possuem suas representações formadas sobre a língua que está ensinando, ou seja, o professor deixa o processo de formação docente consciente de suas ideias e pensamentos sobre o objeto de ensino (a língua) e a sociedade, além disso, Cuq e Gruca afirmam que a qualidade da formação inicial e continuada dos professores é determinante para a qualidade da postura do professor no ensino.

Para complementar as informações de Cuq e Gruca é importante dizer que de acordo com as OCEM (Orientações Curriculares para o Ensino Médio), o professor tem o dever de conscientizar os aprendizes da existência de outras variedades além da que é utilizada por ele em sala de aula:

É claro que o fato de o professor empregar uma variedade qualquer não o exime do dever de mostrar aos alunos que existem outras, tão ricas e válidas quanto a usada por ele, e, dentro do possível, criar oportunidades de aproximação a elas, derrubando estereótipos e preconceitos. Nesse sentido, o papel de professores passa a ser quase o de articuladores de muitas vozes. (OCEM, 2006, p. 136)

Isto é, deve ser exigido do professor um poder de “articulador de muitas vozes”, em que ele seja capaz de orientar seus alunos na existência e no uso dessas variedades linguísticas pertencentes à língua de ensino, nesse caso o francês. As OCEM afirmam também que:

O fundamental, portanto, em que pese a impossibilidade de abarcar toda a riqueza linguística e cultural do idioma, é que, a partir do contato com algumas das suas variedades, sejam elas de natureza regional, social, cultural ou mesmo de gêneros, leve-se o estudante a entender a heterogeneidade que marca todas as culturas, povos, línguas e linguagens. (OCEM, 2006, p. 137)

Entendemos que o professor deva levar o estudante a compreender a heterogeneidade que marca as sociedades tanto no eixo regional, quanto nos eixos social e cultural.

Assim podemos concluir que o processo de formação de professores constitui um papel fundamental, para o desenvolvimento de profissionais qualificados no que concerne a capacidade, que vai além de ensinar uma estrutura linguística, mas que envolve funções, que exigem o conhecimento e a aceitação da heterogeneidade cultural, social e linguística da francofonia.

Este artigo mostra de forma resumida as principais ideias de uma dissertação que consiste em uma proposta de pesquisa voltada para a análise de *corpus*, que são os materiais didáticos (utilizados pelos alunos/ formandos em docência), *Alter Ego + A1 e A2*, os materiais utilizados pela UFRJ, questionários e entrevistas. O processo de investigação se dá através de observações desses materiais, para a constatação de como eles colaboram para a formação de representações da francofonia, e os contrastamos com os dados retirados das entrevistas e questionários. Relatamos o desenvolvimento das investigações de acordo com as teorias que embasam a proposta de análise e também com outras leituras.

Considerações finais

O livro didático é uma ferramenta que contribui para o processo de ensino e aprendizagem de LE, ele pode ser observado através de uma visão voltada para a sua capacidade de funcionar como um mecanismo de política linguística, podendo ser considerado como um papel importante no progresso da PL francesa de internacionalização do idioma francês. O seu uso ou desuso contribui para a formação de docentes de FLE críticos e conhecedores da existência da heterogeneidade do mundo francófono. As representações

tidas por esses profissionais em torno da diversidade da língua francesa acarreta em uma prática de ensino capaz de propagar essa realidade.

REFERÊNCIAS

BERTHET, Annie; DAILL, Emmanuelle; HUGOT, Catherine; KIZIRIAN, Véronique M.; WAENDENDRIES, Monique. *Alter Ego + A2 – livre de l'élève*. Paris: Hachette-Français Langue Étrangère, 2012.

BLANCO, Ariel Matías. *Identidades (Mono)Culturais Latino-Americanas: Discursos e Representações em Livros Didáticos de Espanhol como Língua Estrangeira*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras. Niterói: RJ, 2010.

BOHUNOVSKY, Ruth. A escolha de um livro didático internacional para o contexto brasileiro: estabelecer e adaptar os critérios de avaliação. In: *Revista X*, v. 2, p. 22-38, 2009.

CALVET, Louis-Jean. *As Políticas Linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CUQ, Jean Pierre; GRUCA, Isabelle. *Cours de didactique du Français langue étrangère et second*. Grenoble: PUG, 2002.

FRANCE. LOI n° 94-665 du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française. *Loi Toubon*. Paris, 1994. Disponível em: <<http://www.dglf.culture.gouv.fr/droit/loi-fr.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

GUISAN, Pierre. A criação de uma norma-padrão em Francês: Entre planejamento político e mito. In: , X.; BAGNO, M. (org.) *Políticas da Norma e Conflitos Linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p.129-151.

LABOV, Willian. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LECLERC, Jacques. *L'aménagement linguistique dans le monde*. Québec: CEFAN/Université Laval, 2004. Disponível em: <<http://www.axl.cefan.ulaval.ca/>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

MOSCOVICI, Serge. *As Representações Sociais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOURA, Jean-Marc. Les études poscolonialiste francophone. De quelques perspective et évolutions actuelles. In: *Relações Literárias Internacionais II - intersecções e fricções entre fonias*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.

PARAGUAI, Thalita Ferreira; PEREIRA, Ariovaldo Lopes. *Aspectos Culturais em Livros Didáticos para o Ensino de Francês como Língua Estrangeira*. Anais do Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (MIELT), Seminário de Pesquisa do MielT – 2012.

PEREIRA, Telma Cristina de A. S. *O ensino de línguas estrangeiras como um fator de inclusão social: o desafio da francofonia no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PERUCHI, Ingrid Bueno. *Representações de cultura em livros didáticos de francês língua estrangeira*. UNICAMP: Programa de pós-graduação em Linguística Aplicada – Dissertação (Mestrado). Campinas : SP, 2004.

PETITJEAN, Cécile. *Représentations Linguistiques et Plurilinguisme*. Thèse de doctorat des Université de Provence et Neuchâtel, spécialité Sciences du langage, 2009. Disponível em: http://doc.rero.ch/record/17313/files/Th_Petitjean.pdf

RODRIGUES, Luiz Carlos Balga. *Atitude, Imaginários, Representação e Identidade Linguística: Aspectos Conceituais*. Cadernos do CNLF, Vol. XVI, Nº 04 Anais do XVI CNLF. Rio de Janeiro: 2012.

SÁ, Celso Pereira de. *A construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais*. EDUERJ: Rio de Janeiro, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; LAGARES, Xoán Carlos. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. In: *Revista Gragoatá*. Niterói, nº 32, p. 11-27, 2012.

Secretaria de Educação Básica: Ministério da Educação. *Orientações curriculares para o ensino médio - Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: 2006.

SILVA, Elias Ribeiro da. *A Pesquisa em Política Linguística: Histórico, Desenvolvimento e Pressupostos Epistemológicos*. Trab. Ling. Aplic., Campinas, n(52.2): 289-320, jul./dez. 2013.